

Suprema Corte da Índia não proíbe uso de amianto no país

A Suprema Corte da Índia tomou uma decisão que envolve o uso do amianto por indústrias de fibrocimento no país. Recomendou que as províncias (equivalentes a Estados) da Índia constituam órgãos de fiscalização para garantir a segurança dos trabalhadores. Em miúdos, considerou que é preciso controlar o uso do amianto. Mas reconheceu que não pode proibir a utilização da substância no país. Motivo: esse não é o seu papel e sim do Poder Legislativo. O julgamento aconteceu na última sexta-feira (21/1).

No Brasil, o uso do amianto é contestado em Ação Direta de Inconstitucionalidade 4.066. Ela foi proposta em 2008 pela Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra) e Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANTP) contra a Lei federal nº 9.005, que regula e disciplina o uso do mineral.

A Justiça indiana, além de questionar a boa-fé da ação movida por uma ONG local contra o amianto, chamou a atenção para a guerra comercial que move interesses de vários setores da indústria do fibrocimento. Para a corte, o governo deve constituir uma comissão de especialistas para prevenir e controlar os efeitos do amianto sobre a saúde dos trabalhadores e assegurar medidas adequadas ao autorizar licença ambiental às indústrias.

A Suprema Corte afirmou, ainda, que não há lei proibindo o uso do amianto na fabricação, apesar de seus efeitos adversos na saúde humana. E que como inexistente lei na Índia para banir o uso do amianto, determinou mais rigor no controle da substância.

O único tipo de amianto permitido no Brasil é o crisotila, sendo o país o terceiro maior produtor do mundo, atrás apenas da Rússia e do Cazaquistão. A briga jurídica envolve também ADIs contra leis aprovadas em quatro Estados — São Paulo, Pernambuco, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro — contra a utilização do produto.

Normal

0

false

false

false

EN-US

X-NONE

X-NONE

MicrosoftInternetExplorer4

/* Style Definitions */

table.MsoNormalTable

```
{mso-style-name:"Table Normal";
mso-tstyle-rowband-size:0;
mso-tstyle-colband-size:0;
mso-style-noshow:yes;
mso-style-priority:99;
mso-style-qformat:yes;
mso-style-parent:"";
mso-padding-alt:0cm 5.4pt 0cm 5.4pt;
mso-para-margin:0cm;
mso-para-margin-bottom:.0001pt;
mso-pagination:widow-orphan;
font-size:11.0pt;
font-family:"Calibri","sans-serif";
mso-ascii-font-family:Calibri;
mso-ascii-theme-font:minor-latin;
mso-fareast-font-family:"Times New Roman";
mso-fareast-theme-font:minor-fareast;
mso-hansi-font-family:Calibri;
mso-hansi-theme-font:minor-latin;
mso-bidi-font-family:"Times New Roman";
mso-bidi-theme-font:minor-bidi;}
```

Site da Suprema Corte da Índia: <http://courtnic.nic.in/courtnicsc.asp>

Case Type: Writ Petition (Civil)

Case Number 260

Year 2004

**Texto alterado em 1º/2 para acréscimo de informações*

Date Created

27/01/2011